

PODER

Brazão mais perto de perder o mandato

Conselho de Ética aprova cassação do deputado, acusado de mandar matar Marielle. Decisão final cabe ao plenário, onde são necessários 257 votos para avaliar a punição

» EVANDRO ÉBOLI
» RENATO SOUZA

O Conselho de Ética da Câmara aprovou, ontem, a perda do mandato do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco (PSol) em 2018. O motorista Anderson Gomes também morreu com os disparos feitos por Ronnie Lessa, assassino confesso de ambos. A cassação foi aprovada por 15 votos a favor e um contra. O único contrário foi o do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ).

A defesa de Brazão deve recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, o caso vai ao plenário. Dificilmente a decisão final ocorrerá antes das eleições municipais de outubro.

No seu voto, a relatora Jack Rocha (PT-ES) afirmou que a ação de Brazão atinge toda a imagem da Câmara. “Há uma honra coletiva nesta Casa de lei que precisa rigorosamente ser preservada. E que encontra sua forma no conceito de decoro parlamentar, que tem a ver com dignidade, honradez e integridade de cada um dos deputados”, frisou.

A defesa de Brazão pediu ao conselho, nas suas alegações finais, que os integrantes troquem a possível cassação do parlamentar por uma pena de suspensão do mandato por seis meses. Os advogados do deputado argumentam que esse é o tempo suficiente para que a ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) esteja concluída, e o veredicto, conhecido. A aposta de seus defensores é de que ele será absolvido na Corte.

Brazão falou por videoconferência e reafirmou ser “totalmente inocente neste caso”. “A Marielle era minha amiga comprovadamente. É só ver nas filmagens. Éramos parceiros, e 90% da minha votação coincidiu com a

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Por 15 votos a favor e um contra, deputados do Conselho de Ética confirmaram relatório de Jack Rocha

dela. Votávamos juntos”, sustentou ele, preso na penitenciária de segurança máxima em Campo Grande (MS).

Na sessão, deputados do PSol usaram a palavra para defender a cassação. “Marielle foi assassinada de forma brutal por esses grupos criminosos que atuam no Rio, que só atuam por suas relações políticas”, enfatizou a deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP), emocionada. “A Câmara dos Deputados tem a obrigação de cassar o mandato do mandante do assassinato de Marielle.”

Impeachment negado

Irmão do deputado, Domingos Brazão também é acusado de ser mandante do assassinato. Ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou um pedido de impeachment

contra ele do cargo que ocupa como conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. A Corte Especial do tribunal tomou a decisão sem discussão do caso concreto.

O pedido de afastamento — apresentado por deputados e vereadores do Psol após a prisão de Domingos — está em sigilo e foi analisado em bloco, junto a outros processos. Os magistrados da Corte entenderam que a acusação de autoria intelectual do homicídio não tem relação com crime de responsabilidade, que pode ser punido com impeachment.

Na manifestação sobre o caso, a Procuradoria-Geral da República (PGR) destacou que o Congresso não aprovou lei que pune condenações criminais com a perda do cargo público antes de condenação definitiva, sem a possibilidade de recursos.

» Pressa para mudar Lei da Ficha Limpa

O Senado aprovou, ontem, requerimento para acelerar a tramitação de um projeto de Lei que enfraquece a Lei da Ficha Limpa. A proposta é criticada por entidades ligadas à transparência e ao combate à corrupção. O plenário deve votar a matéria na próxima semana. A apreciação se deu de forma simbólica, e apenas Eduardo Girão (Novo-CE) manifestou voto contrário. A proposição cria novas condições para o começo da contagem do prazo de inelegibilidade de candidatos e beneficiará mesmo candidatos que já foram condenados, encurtando o tempo de afastamento dos pleitos.

Ação no STF contra a PEC da Anistia

Um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, o advogado Márlon Reis entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da PEC da Lei de Anistia, promulgada semana passada pelo Congresso. O texto reduziu a cota para candidatos negros nas eleições e perdoou multa por irregularidades cometidas por partidos políticos em pleitos passados.

A PEC isentou de sanções e anistiou partidos políticos que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições ocorridas antes da promulgação dessa emenda constitucional.

O texto promulgado flexibilizou a Lei da Ficha Limpa. Na

ação, Reis representa o partido Rede Sustentabilidade e a Federação Nacional das Associações Quilombolas (Fenaq). Entre seus argumentos, está o descumprimento da promoção da igualdade racial e a erradicação das desigualdades.

A emenda constitucional, ao reduzir a participação de negros no processo eleitoral, no entendimento do advogado, fere a Constituição e a garantia de cotas. “Os preceitos impugnados violam diretamente direitos e garantias fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, além de contrariarem o princípio da vedação ao retrocesso”, diz trecho da ação. “Notadamente, serão evocados

diretamente do texto constitucional os dispositivos que estabelecem como um dos objetivos fundamentais do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Fere o artigo que consagra o princípio da igualdade, proibindo qualquer forma de discriminação, inclusive, a discriminação racial e que determina que o ordenamento jurídico punirá qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, incluindo o racismo.” Reis pede a suspensão dos efeitos da PEC da Anistia até o julgamento final dessa ação. (EE)

Karlos Geromy/OIMP/D.A Press



O advogado Márlon Reis é um dos autores da Lei da Ficha Limpa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Câmara não perdoará mandante da morte de Marielle

A votação no Conselho de Ética da Câmara foi acachapante: aprovou por 15 votos a um a recomendação de cassação do mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), réu acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol). Jack Rocha (PT-ES), relatora do caso, recomendou a perda do mandato de Brazão por condutas incompatíveis com o decoro parlamentar. Segundo a deputada, há provas “robustas” de que ele cometeu “irregularidades graves no desempenho do mandato” e que é “verossímil” a conclusão da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República (PGR) de que Brazão é um dos mandantes da execução de Marielle.

A defesa do deputado ainda poderá recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, onde a correlação de forças é majoritariamente conservadora, mas dificilmente, lá também, o parlamentar será poupado. Não é a tradição da CCJ. O deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ) foi o único voto contrário à cassação. O deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) se absteve. A cassação dependerá do apoio de 257 dos 513 deputados, no mínimo.

Gutemberg Reis tem suas razões para votar contra a cassação: além de aliado político de Brazão, é citado no inquérito de investiga a morte do advogado Rodrigo Marinho Crespo e investigado por envolvimento na fraude nos cartões de vacinação de Bolsonaro. Brazão nega qualquer envolvimento no atentado que matou a vereadora e o motorista Anderson Gomes em 2018. Afirma até que Marielle era sua amiga, no período em que ambos foram vereadores na capital fluminense.

O Conselho de Ética abriu processo contra Chiquinho Brazão em abril, após o parlamentar ter sido preso pela PF por suposto envolvimento no crime. Chiquinho e o irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Brazão, segundo a PF foram os mandantes da execução de Marielle. Presos desde março, os dois são réus no Supremo Tribunal Federal (STF) por homicídio qualificado e tentativa de homicídio.

Segundo a PGR, conforme denúncia ao STF, a morte de Marielle foi encomendada pelos irmãos como resposta à atuação do PSol e da vereadora contra um esquema de loteamentos de terra em áreas de milícia na Zona Oeste do Rio. A defesa de Chiquinho Brazão tem cinco dias para recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, que é o terreno mais favorável para o parlamentar evitar a cassação. A CCJ avalia apenas se a Comissão de Ética observou os ritos regimentais e a Constituição, ou seja, o devido processo legal.

Sem depoimentos

O advogado Cleber Lopes, que representa Brazão, alega que a defesa foi prejudicada ao longo do processo no Conselho de Ética devido à falta de depoimentos de testemunhas e que não houve quebra de decoro, porque os fatos ocorreram antes de o parlamentar assumir seu mandato na Câmara. Marielle foi assassinada em 2018, somente em 2019 Brazão se tornou deputado federal. Um dos elos da milícia da Zona Oeste do Rio, Brazão foi expulso do União Brasil e já teve a prisão mantida pelos colegas da Câmara.

O Conselho de Ética já aprovou 23 recomendações de perda de mandato, apenas oito foram aceitas pelo plenário da Câmara. Outras 10 acabaram rejeitadas. Entretanto, Brazão está na mesma situação de outros políticos acusados de homicídio, cujos mandatos foram cassados pela Câmara. Com o agravante de ser contra uma parlamentar, como aconteceu com o ex-deputado federal Talvane Albuquerque, por ordenar uma chacina que vitimou quatro pessoas para matar a deputada federal Ceci Cunha (PSDB) e ficar com a vaga dela, após ter perdido a eleição em 1998.

O crime ocorreu em Maceió e ficou conhecido como chacina da Gruta. Talvane foi julgado e condenado em 2012, em júri popular, a 103 anos e quatro meses de prisão. Em maio de 2021, a Sexta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) reduziu a pena dele para 92 anos, nove meses e 27 dias. Talvane exerceu o cargo de deputado federal entre 1995 e 1997, na condição de suplente empossado. Na eleição de 1998, se candidatou novamente, mas ficou apenas como primeiro suplente. Com a morte de Ceci, ele acabou sendo empossado em 1999, mas foi cassado pelos pares.

Outro caso famoso é o de Hildebrando Pascoal, que foi condenado a mais de 80 anos de prisão por homicídios, tráfico de drogas e crimes eleitorais e financeiros. Ele foi deputado estadual no Acre entre 1995 e 1999. Em 1998, chegou a ser eleito deputado federal, mas ficou menos de um ano no cargo, em função das denúncias apuradas pela CPI do Narcotráfico. Em setembro de 1999, ele teve o mandato cassado por quebra de decoro parlamentar. Ficou famoso por mandar esquartejar com motosserra e ocultar o corpo das vítimas.

DENGUE. A HORA DE PREVENIR É

AGORA. NÃO ESPERE AS CHUVAS PARA AGIR.



Coloque areia nos vasos de plantas.



Esvazie garrafas e guarde-as de cabeça para baixo.



Retire o entulho do quintal.



Descarte o lixo em local apropriado.



Ligue 199 e denuncie.

